

Para além do apoio material: avanços e desafios para a permanência estudantil nas universidades federais brasileiras

Beyond material support: advances and challenges for student retention at Brazilian federal universities

Rosana Rodrigues Heringer¹

Carlos Eduardo Sampaio Burgos Dias²

Michelle Cristine da Silva Toti³

Ruth Maria Moraes Oliveira Prado⁴

Recebido em 20/11/2024 e aceito em 21/04/2025.

1 Doutora em Sociologia (IUPERJ), professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Educação e dos cursos de graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (FE/UFRJ), com atuação em temas como políticas de ação afirmativa, relações raciais, desigualdades no acesso e permanência na educação superior, desigualdades de gênero e direitos humanos. Coordenadora do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Educação Superior, da Faculdade de Educação da UFRJ (LEPES), foi Pesquisadora Visitante na University of Texas - Austin (2020), como bolsista Fulbright e atuou em diversas instituições no Brasil e no exterior. Integra conselhos de organizações ligadas à educação e direitos sociais.

2 Professor do Departamento de Educação da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (EFLCH) da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Doutor e Mestre em Educação pela Unicamp. Foi pedagogo da Unifesp no campus Osasco, no Núcleo de Apoio Estudantil (NAE). Atualmente é Coordenador de Apoio Educacional, Acessibilidade e Inclusão da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Políticas Afirmativas (Praepa) da Unifesp. Coordena o Programa de Travessia da Pró-Reitoria de Graduação (Prograd) da Unifesp, programa de mentoria voltado ao acolhimento de estudantes ingressantes. Também coordena o Laboratório de Pesquisas sobre Serviços de Apoio aos Estudantes do Ensino Superior (LAPES), uma rede formada por profissionais de serviços de apoio aos estudantes de todo o país e que busca oferecer formação continuada para esses profissionais.

3 Doutora em Educação (UNICAMP-SP), Mestre em Educação (IFG-GO) e graduada em Pedagogia (UNESP/Araraquara). Atua na orientação pedagógica como Pedagoga lotada na Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis (Prace) da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), desenvolvendo ações de apoio pedagógico para os discentes de graduação e pós-graduação e outras ações relacionadas à permanência na universidade. É pesquisadora no Grupo de Pesquisa Psicologia e Educação Superior - Faculdade de Educação - UNICAMP. Tem desenvolvido pesquisa sobre o apoio pedagógico no ensino superior e temas relacionados ao processo de ensino e aprendizagem dos estudantes de graduação.

4 Doutora e Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - PPGE/UFRJ. Membro do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Educação Superior - LEPES/UFRJ. Pesquisadora visitante na Universidade de Nova Iorque (New York University - NYU) em 2019, Programa Abdias do Nascimento/CAPES. Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal do Maranhão - UFMA. Pedagoga no

Palavras-Chave:

Educação superior;
Permanência estudantil;
Assuntos estudantis;
Universidade federal.

Keywords:
Higher education;
Student retention;
Student affairs;
Federal university.

Resumo: Este artigo traz resultados de uma pesquisa que teve por objetivo mapear as ações de permanência, assistência e apoio pedagógico direcionadas aos estudantes das 69 universidades federais brasileiras, por meio de roteiro de pesquisa online, preenchido com base nos websites das universidades, combinado com a análise de documentos institucionais. Apresentamos e discutimos os principais resultados deste levantamento, com o objetivo de contribuir com informações sobre as políticas implementadas pelas universidades federais, tal como se apresentavam em 2023, além de propor algumas reflexões sobre o tema, a fim de aprofundar alguns aspectos do debate necessário sobre políticas de assistência e permanência estudantil no Brasil contemporâneo. De forma geral, observamos um avanço tanto no amadurecimento de concepções quanto de ações de permanência nos últimos anos, as quais têm sido, cada vez mais compreendidas como uma responsabilidade da instituição e não somente de um setor específico.

Abstract: This article presents the results of a survey that aimed to map the retention, assistance, and pedagogical support actions directed at students at 69 Brazilian federal universities, through an online research guide, completed based on the universities' websites, combined with the analysis of institutional documents. We present and discuss the main results of this survey, with the aim of contributing information on the policies implemented by federal universities, as they were presented in 2023, in addition to proposing some reflections on the topic, in order to deepen some aspects of the necessary debate on student assistance and retention policies in contemporary Brazil. In general, we observe an advance in both the maturation of concepts and retention actions in recent years, which have been increasingly understood as a responsibility of the institution and not only of a specific sector.

Introdução

O presente trabalho traz alguns dos principais resultados da pesquisa “Do acesso à permanência estudantil: políticas de apoio material, acadêmico e simbólico” que fez parte do projeto “Affirmative Action and the Right to Higher Education: Recent Changes, Outcomes and Political Action in Brazil⁵”, desenvolvido pelo LEPES, da Faculdade de Educação da UFRJ, em conjunto com a Ação Educativa, com apoio da Open Society

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão - IFMA. Atualmente atua na Diretoria de Relações Internacionais - DIRI, ligada à Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT/IFMA), no acompanhamento acadêmico de estudantes em mobilidade outbound.

5 Ação afirmativa e o direito à educação superior: mudanças recentes, resultados e ação política no Brasil.

Foundation.

O objetivo desta pesquisa foi mapear as ações de permanência, assistência e apoio pedagógico direcionadas aos estudantes das 69 universidades federais brasileiras, por meio de roteiro de pesquisa online, preenchido com base nos websites das universidades, combinado com a análise de documentos institucionais. O mapeamento nacional do tema se justifica pela ausência de estudos de caráter nacional. O que temos visto até o momento são diferentes pesquisas no formato “estudos de caso” (Santos E, 2020). Dessa forma, o mapeamento sobre as ações de permanência estudantil se soma a outros estudos de caráter nacional sobre as ações afirmativas (Heringer, Carreira, 2022) e podem contribuir com a avaliação das políticas públicas de ensino superior.

O referencial teórico utilizado privilegiou os seguintes recortes: emergência dos estudos sobre assuntos estudantis nas universidades federais brasileiras; políticas de permanência e assistência estudantil; histórico das ações de assistência e permanência estudantil nas universidades federais a partir do Plano Nacional de Assistência Estudantil - PNAES (2010); permanência e assistência como direito; financiamento das ações de permanência e assistência; permanência, assistência e apoio pedagógico; ações afirmativas e demandas por assistência estudantil e apoio pedagógico, entre outros temas (Vargas e Heringer, 2016; Heringer, 2022a, 2022b; Dias et al, 2020; Toti, 2022; Dias, 2021, Prado, 2021; Santos D, 2009).

A partir desse referencial, compreendemos por permanência estudantil o conjunto de políticas, programas e ações institucionais que visem apoiar a permanência dos estudantes ao longo da graduação, favorecendo sua integração com a universidade e o curso, minimizando realidades socioeconômicas que possam impactar o desempenho acadêmico e a qualidade de vida dos estudantes. Buscamos, também, identificar, a partir desse olhar, as políticas de permanência nas 69 universidades federais, classificando-as, a priori, de três formas: permanência material, permanência acadêmica e permanência simbólica.

Assim, para fins deste artigo trazemos uma apresentação e discussão dos principais resultados deste levantamento, com o objetivo de contribuir com informações sobre as políticas implementadas pelas universidades federais, tal como se apresentavam em 2023. Além disso, apresentamos algumas reflexões sobre o tema, a fim de aprofundar aspectos do debate necessário sobre políticas de assistência e permanência estudantil no Brasil contemporâneo.

Este texto está organizado em seis seções, incluindo esta introdução. Na seção seguinte trazemos alguns elementos teóricos importantes para o debate da permanência estudantil no ensino superior à luz da sociologia da educação. Na terceira seção

apresentamos de forma mais detalhada os procedimentos metodológicos adotados. Na quarta seção apresentamos um panorama das universidades federais a partir dos websites, seguida da quinta seção em que apresentamos os tipos de apoios oferecidos pelas universidades, além das ações de permanência estudantil para além das pró-reitorias de Assuntos Estudantis. Nas considerações finais trazemos uma reflexão sobre os resultados levantados.

A pertinência do debate da permanência no ensino superior na sociologia da educação

Diversos temas têm sido investigados no campo de estudos sobre ensino superior no Brasil. Neves et al. (2018) afirmam que apesar de haver esforços no sentido de ampliar e diversificar as temáticas de estudo, os trabalhos produzidos no país ainda buscam compreender os efeitos da expansão nas últimas décadas, o que justifica o uso de abordagens conceituais que privilegiam, direta ou indiretamente, a relação entre desigualdade educacional e estratificação social. As autoras listam outros temas que, nos últimos anos, têm ganhado espaço no debate da educação superior. Dentre eles estão o acesso, permanência e evasão, os quais têm sido objeto de reflexões sociológicas.

Apenas recentemente as políticas de permanência e assistência estudantil nas universidades públicas brasileiras se tornaram objeto de debate teórico mais amplo e de maior número de pesquisas empíricas. Durante muitas décadas, a discussão sobre assistência estudantil nas universidades públicas restringia-se à adoção de mecanismos compensatórios destinados a um grupo minoritário de estudantes mais pobres que ingressavam em pequena proporção nestas instituições (PORTES, 2015; HERINGER, 2022b).

Observamos que neste momento a discussão se centrou no tema da assistência estudantil como estratégia de apoio a estudantes mais vulneráveis do ponto de vista socioeconômico. Neste contexto, pouco se falava sobre outras dimensões que potencialmente afetam a permanência dos estudantes universitários, sejam aspectos acadêmicos, ligados à sua sociabilidade no espaço da universidade, aspectos subjetivos ou culturais. Neste cenário também se coloca a questão de como promover a permanência de estudantes que ingressaram pela reserva de vagas. Além do desafio de se sustentar financeiramente enquanto cursam uma universidade pública, muitos cotistas não conseguem participar de toda a gama de atividades oferecidas por suas instituições, por diversos motivos. Ser aceito em uma universidade pública é o primeiro de muitas etapas para obter um diploma.

Com a ampliação do número de matrículas nas universidades federais a par-

tir dos anos 2000, se amplia o debate liderado em grande parte pelo FONAPRACE (Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis), que coloca em pauta a necessidade de ampliação destes mecanismos de apoio material e financeiro aos estudantes que dele necessitassem, a fim de aumentar as chances de sua permanência no ensino superior (ANDIFES, 2019; MAGALHÃES, 2013). A partir das demandas identificadas em pesquisas sobre o perfil dos estudantes de graduação das IFES realizadas pelo FONAPRACE em 1996-1997 e em 2003-2004 (FONAPRACE, 2014), o governo brasileiro lançou em 2008 o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

Ao longo de mais de uma década o PNAES possibilitou a transferência de um importante volume de recursos para as universidades federais, a fim de que elas pudessem ampliar seus programas de apoio aos estudantes. Estes programas concentraram-se principalmente em iniciativas de apoio financeiro através de bolsas, auxílio alimentação, auxílio transporte e auxílio moradia. Além disso, também possibilitaram, em um menor número de instituições, a assistência aos estudantes através de apoio à saúde, à participação em eventos científicos, à inclusão digital, entre outras áreas (VARGAS e HERINGER, 2016).

O PNAES também incluiu na sua concepção de assistência estudantil políticas que ampliam o escopo destas ações, trazendo, por exemplo, o apoio pedagógico como uma das formas de ampliar as condições de permanência dos estudantes, para além das dificuldades financeiras (DIAS et al., 2020).

Assim, algumas universidades deram início a programas voltados para o apoio acadêmico aos alunos, com o objetivo de contribuir para a redução das dificuldades encontradas neste campo. Tais atividades variam muito entre as universidades e dentro das mesmas, de acordo com diferentes áreas de conhecimento. A documentação e sistematização destas experiências ainda não têm sido feitas de forma muito sistemática no Brasil, dificultando um conhecimento mais abrangente destas iniciativas (DIAS et al, 2020). As políticas de assistência estudantil e permanência adotadas pelas universidades públicas brasileiras cumpriram um papel na estruturação desta rede de apoio aos estudantes em situação mais vulnerável e estudantes cotistas.

Portanto, observamos que a permanência estudantil teve sua concepção ampliada através de ações voltadas para o aprimoramento da vivência do estudante na educação superior, identificando-se o papel central do apoio pedagógico e de aspectos subjetivos para a ampliação das chances de conclusão do curso.

No Brasil, a noção de permanência estudantil ainda está em construção, se nos Estados Unidos e Europa ela já apresenta alguma tradição (Toti e Polydoro, 2020; Dias e Sampaio, 2020), aqui as desigualdades sociais se somam à conceitualização. Gre-

gory (2009) se baseia na pirâmide de Maslow⁶ para discutir sobre a importância dos serviços de assuntos estudantis para a permanência estudantil ao redor do mundo. Para ele, a permanência dos estudantes só acontece quando estes sentem-se seguros e confortáveis, só com a garantia das necessidades básicas é que se pode aprender e, portanto, permanecer. A partir desse conceito Dias (2021, p.185) conclui que “somente após a garantia de recursos mínimos para o atendimento de necessidades materiais estudantes – auxílio financeiro, auxílio moradia, auxílio alimentação, auxílio transporte – que as universidades puderam aventure a oferta de outros tipos de ações de modo a complementar as políticas de permanência dos estudantes”.

Este trabalho se atém ao debate da permanência no ensino superior sob a perspectiva sociológica qualificando-o devidamente com a apresentação de dados de pesquisa, e a partir destes almejamos aprofundar e problematizar questões referentes à responsabilidade institucional da universidade nesse processo, bem como suas limitações e avanços na implementação de políticas de permanência.

As discussões sobre a “multidimensionalidade da permanência estudantil” no ensino superior (Vargas e Heringer, 2017) têm ganhado espaço nos últimos anos e os desafios para o atendimento das diversas demandas têm sido postos às universidades. Vargas e Heringer (2017) afirmam que é necessário um conjunto de medidas para promover uma trajetória bem-sucedida dos estudantes que acessam a universidade, principalmente os de menor renda. O desafio institucional, conforme as autoras, está na capacidade da instituição de combinar políticas que garantam tanto o apoio material quanto atividades de apoio pedagógico e de ampliação de oportunidades acadêmicas.

Em Tinto (1975; 1993) e Coulon (2008) encontramos os principais modelos teóricos que tratam sobre os processos de integração e afiliação universitária. Neles, vemos que o tempo é um recurso essencial na construção de sentidos em relação à trajetória no ensino superior e da identidade estudantil. O processo de permanência é, dessa forma, e sob vários aspectos um processo de aprendizagem e a universidade, um agente privilegiado na promoção de oportunidades, de vínculos instituição-estudante e condições efetivas de aprendizagem (Prado, 2022).

A experiência universitária é diversa e o acesso às oportunidades acadêmicas, bem como os meios de usufruí-las apontam para os lugares sociais de cada estudante e suas respectivas desigualdades. Em Almeida (2007) vemos que estudantes com desvantagens econômicas e sociais apresentam diferenças no que se refere à fruição da universidade, ao tempo disponível para vivenciar o espaço e as relações acadêmicas.

6 Pirâmide de Maslow é um modelo que organiza as necessidades humanas em uma ordem hierárquica e é utilizado como uma ferramenta para compreendê-las e identificar como estão relacionadas com a motivação, tomadas de decisão e comportamento de pessoas e grupos.

A construção de condições de permanência e de cenários de oportunidades educacionais depende, em grande medida, das ações institucionais e da disposição dos envolvidos nesse processo, de modo a promover a equidade nos percursos universitários de estudantes de diversas origens sociais, bem como nas possibilidades de conclusão (Heringer, 2013).

Observando o caso brasileiro, podemos identificar, de maneira alinhada com análises em outros países, que é preciso considerar diferentes dimensões relacionadas à permanência estudantil (TINTO, 1975; 1982; 1999; PRADO, 2020). Tais dimensões podem ser classificadas em: econômica (apoio financeiro, bolsas, auxílio transporte, alimentação, moradia etc.); acadêmica (apoio pedagógico, identificação de dificuldades acadêmicas dos estudantes e busca por respondê-las) e simbólica (pertencimento, não discriminação, acolhimento, respeito à diversidade).

No que diz respeito à dimensão acadêmica, vários estudos destacam que os cotistas apresentam, em geral, um bom desempenho e uma taxa de evasão menor em comparação com os demais estudantes (CARVALHO E WALTENBERG, 2012; SILVA et al., 2020; FERREIRA et al., 2020). Dados de pesquisa recentemente publicada sobre um balanço da lei de cotas apontam que não há diferença significativa entre as taxas de evasão de estudantes que ingressaram por ampla concorrência e por reserva de vagas nas universidades federais (HERINGER E CARREIRA, 2022). Da mesma forma, trabalho de Karruz e Maia (2022) aponta que há diferenças residuais no desempenho de cotistas e não cotistas na UFMG, tendo como referência a nota semestral global.

Em relação à dimensão simbólica, cabe trazer aqui a reflexão proposta por Santos (2009), ao demonstrar que permanecer simbolicamente é um desafio a ser vencido pelos ingressantes. A autora comprehende que a permanência material não é o único fator que contribui para a continuidade no curso, também é necessária a permanência simbólica. Assim, Santos (2009) define esse último como um processo no qual o estudante sente-se pertencente aquele novo espaço e adquire a cultura universitária, representada pelo conjunto de práticas, comportamentos e atitudes esperadas no ambiente acadêmico.

O que veremos mais adiante neste texto em relação à diversidade de ações promovidas pelas universidades, aponta, dentre outras coisas, para a complexidade da ação institucional diante da manifestação das desigualdades educacionais no percurso universitário e como tentam dar conta de uma diversidade de públicos, demandas educacionais e sociais.

Metodologia

Os procedimentos metodológicos adotados para a coleta e sistematização de

dados sobre as políticas de permanência, assistência estudantil e apoio pedagógico nas universidades federais foram os seguintes: [1] atualização de levantamento bibliográfico dos trabalhos publicados a partir de 2020 sobre assuntos estudantis, assistência estudantil, permanência e apoio pedagógico; [2] elaboração de formulário online através do *Google Forms* para coleta dos dados das universidades em seus respectivos sites; [3] sistematização das respostas recebidas, complementadas por eventuais documentos disponibilizados nos sites das universidades; [4] análise dos resultados a partir das questões teóricas identificadas por meio da revisão bibliográfica e outros levantamentos prévios sobre o tema; [5] reuniões online para discussão dos resultados de pesquisa; [6] elaboração de relatório final de pesquisa; [7] apresentação da pesquisa em evento promovido pelos laboratórios de pesquisa.

A revisão bibliográfica foi feita a partir de buscas em três repositórios de pesquisa: no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, no Portal de Periódicos da Capes e no SciELO Brasil, buscando trabalhos produzidos sobre o tema a partir de 2020. Além disso, no que se refere à atualização da bibliografia de trabalhos publicados nesse período nas temáticas acima citadas, observamos as contribuições dos trabalhos publicados no encontro anual da ANPOCS (Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais) nos anos de 2022 e 2023 por meio de um GT que trouxe à discussão os assuntos estudantis como subcampo de pesquisa da sociologia da educação.

Após a elaboração do roteiro de coleta, realizamos um pré-teste para validação e eventuais ajustes. Vargas e Heringer (2016) utilizaram uma metodologia similar no levantamento que realizaram em 2015 nos sites das 63 universidades federais existentes. As autoras relataram diversas dificuldades na localização de informações. O mesmo ocorreu em uma pesquisa mais recente (Silva, Matta e Dias, 2023) ao tentar identificar materiais de apoio à aprendizagem nos sites das pró-reitorias responsáveis por assuntos estudantis.

Dessa forma, o roteiro de coleta foi construído considerando essas dificuldades e foi preenchido por integrantes da equipe de pesquisa, constituída de três pesquisadores e três bolsistas - que se dividiu em duplas – um(a) pesquisador(a) e uma bolsista – cada uma responsável pelo levantamento de dados nos sites de 23 universidades. Ao nos depararmos com as lacunas de informações, discutimos quais estratégias poderiam ser utilizadas para superar tal dificuldade. Considerou-se mais plausível acessar informações complementares através da Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação (Fala.BR). O pedido de informações complementares via Fala.BR foi realizado após elaboração de roteiro de perguntas às universidades.

A Fala.BR é uma plataforma desenvolvida pela Controladoria Geral da União (CGU) através da qual é possível solicitar informações a órgãos e entidades do poder

público. Os serviços na plataforma são orientados pela Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011) e pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei 13.709/2018).

As instituições, ao serem demandadas através da plataforma Fala.BR, têm a responsabilidade de dar os devidos encaminhamentos internos para, então, disponibilizar a informação solicitada. Considerando os encaminhamentos internos nas instituições é possível ocorrer alguma inconsistência nas respostas, mas, em geral, as respostas representam a realidade institucional e não podemos deixar de considerar que se trata de uma resposta oficial da instituição, regida por normas de acesso à informação. Assim, consideramos um meio fidedigno e complementar às informações encontradas nos websites das universidades.

A coleta de dados nos sites e via Fala.BR se deu em paralelo e como produto formamos dois grandes conjuntos de dados, os quais classificamos da seguinte forma: [1] dados coletados, obtidos por meio do levantamento nos sites e [2] dados informados via Fala.BR. A partir deste conjunto de dados, procedemos à classificação das ações e políticas de permanência, identificando apoios institucionais que são de competência de diferentes pró-reitorias ou setores da universidade, além da organização de outros resultados.

Panorama das universidades federais a partir dos websites

Apresentamos nesta seção algumas características gerais das 69 universidades federais brasileiras, a partir dos dados informados nos seus websites. Do ponto de vista regional, o Nordeste (20) concentra o maior número de universidades, seguido das regiões Sudeste (19), Norte (11), Sul (11) e Centro-Oeste (8). As instituições variam, entre outras características, segundo o número de campi, de alunos, quanto à nomenclatura das instâncias administrativas responsáveis pelos assuntos estudantis e quanto ao quantitativo e composição de quadro de profissionais lotados nestas.

Em relação ao número de campi, verificamos que há universidades que possuem apenas 1 campus, e este número variou até um máximo de 13 campi. As universidades federais que só possuem um campus são: UFR; UFAPE e UFDPar; UFLA; UFCSPA e UNILA. Dentre as que possuem o maior número de campi (13), estão a UFPR e a UTFPR.

Conforme dados informados via Fala.BR, as universidades federais com maior número de alunos, por região, são: UFRJ (53.500), UFBA (47.774), UnB (40.026), UT-FPR (29.935) e UFAM (23.226). Já as com menor número de alunos de graduação, conforme região geográfica são: UFAPE (1.927), UFCSPA (3.625), UFCat (4.008), UFNT (4.494) e UNIFAL (6.120).

A partir dos dados coletados, identificamos que praticamente metade das 69 uni-

versidades federais têm até 4 campi. De forma mais detalhada, 6 contam com apenas 1 campus, 8 com 2 campi, 21 com 3 ou 4 campi, 18 com 5 ou 6 campi e 16 com 7 ou mais campi. O fenômeno da expansão de vagas nessas universidades a partir do Reuni deu-se também em virtude da criação de novos campi, o que trouxe uma série de desafios para as instituições no que diz respeito à permanência estudantil, isso porque, em muitos casos, esses campi de expansão não possuem a mesma estrutura dos serviços e políticas de permanência estudantil (Fonaprace, 2018).

Em um levantamento realizado em 2016 para pensar sobre permanência estudantil, o Fonaprace indicou dificuldades em identificar se as ações de apoio material, simbólico e acadêmico eram oferecidas em todos os campi. Diante disso, unimos esforços no sentido de conseguir essas informações. A maioria das universidades (62%) informou nos seus websites que é reproduzido nos campi os mesmos serviços e editais existentes na sede. Em 30% das UF não conseguimos localizar a informação e em apenas 8% constatamos que esses apoios não são realizados em todos os campi, apenas o apoio material.

No que diz respeito às instâncias responsáveis por gerenciar os recursos do Pnaes, 67 das 69 universidades têm pró-reitorias ou equivalentes e em apenas duas a responsabilidade é de departamentos vinculados a alguma pró-reitoria. Vargas e Heringer (2016) identificaram em 2015 que 43 das 63 universidades à época possuíam pró-reitorias ou órgãos equivalentes de gestão do Pnaes. Portanto, podemos concluir que nesse intervalo de 8 anos a permanência estudantil se institucionalizou, ao receberem o reconhecimento institucional legitimado nos organogramas das universidades. No que se refere à nomenclatura dessas instâncias, muitas têm em seu nome mais de uma frente de atuação, como por exemplo, assuntos estudantis e comunitários ou extensão e assuntos estudantis ou ainda assuntos estudantis e políticas afirmativas.

Analizando os termos utilizados na nomenclatura dessas Pró-reitorias, o termo “assuntos estudantis” (41) é o mais recorrente, seguido dos termos “assuntos comunitários” (14), “assistência estudantil” (11), “políticas afirmativas” (7) e “extensão” (6). Há ainda 2 universidades que possuem departamentos de assuntos estudantis e/ou comunitários em outras pró-reitorias. Segundo nossa análise, houve avanço das instituições na concepção de permanência estudantil como uma política que vai além do apoio material, embora este seja prioritário.

Um dado que corrobora com essa afirmação se refere ao público atendido por essas pró-reitorias. Os resultados mostram que 40,6% das universidades atendem todos os estudantes de graduação e pós-graduação, outras 7,2% atendem toda a sua comunidade acadêmica, incluindo estudantes de graduação, pós-graduação e servidores (e em alguns casos a comunidade externa). Isso significa que quase metade dessas

pró-reitorias atendem um público que vai além dos estudantes de graduação com o chamado “perfil Pnaes”⁷. Observamos também que 24,6% atendem todos os estudantes de graduação, porém com prioridade àqueles com o “perfil Pnaes”, outras 8,7% informam atender todos os estudantes de graduação (sem destacar qualquer prioridade) e somente 18,8% informam atender apenas aos estudantes com o perfil Pnaes.

Ainda a partir dos sites dessas pró-reitorias buscamos identificar quando elas foram criadas. Em 25 delas não localizamos essa informação. A dificuldade de localizar informações nos sites dessas pró-reitorias já havia sido observada por Vargas e Heringer (2016) há 8 anos atrás, assim como por Santos (2020) mais recentemente.

Daquelas que localizamos a informação, 8 foram criadas antes do Pnaes, sendo duas nos anos 1960, uma nos anos 1990 e cinco entre 2003 e 2006. Entre 2007 e 2010 foram criadas 10 pró-reitorias, período em que o Pnaes se transformou de uma portaria do MEC para um decreto presidencial. De 2011 até 2021 foram criadas 26 pró-reitorias, o que se alinha ao efeito do Pnaes não apenas como fonte de financiamento da assistência estudantil, mas também como indutor de sua institucionalização. Cabe observar que este período também corresponde à ampliação das políticas de ação afirmativa nas universidades federais, ampliando o acesso de estudantes de escola pública, de menor renda, pretos, pardos, indígenas e de estudantes com deficiência. Com este quadro de ampliação, consideramos que as políticas de permanência e assistência se tornaram mais necessárias e com maior cobertura, provavelmente levando a uma necessidade de criação ou fortalecimento de órgãos destinados à sua gestão. Análise realizada por Heringer (2022) aponta neste sentido. Além disso, identificamos que três dessas pró-reitorias criadas no período pós-Pnaes foram reformuladas, passando a incluir o termo “políticas afirmativas” em seus nomes.

Os dados referentes ao perfil das equipes que atendem os estudantes, assim como o quantitativo de profissionais disponíveis e o montante de recursos financeiros dessas pró-reitorias foram difíceis de localizar nos websites. Por outro lado, a maior parte das universidades (72,5%) dispõe de algum tipo de relatório de prestação de contas ou oferece um link que leva a outras páginas da reitoria com relatórios.

Nosso esforço em compreender o tamanho das equipes dos serviços de assuntos estudantis assim como o seu perfil se relaciona às pesquisas que mostram que a contratação de pedagogos e psicólogos para a assistência estudantil se deu especialmente a partir dos anos 2010 (Toti, 2022 e Menda et al., 2022), sugerindo um movimento dessas pró-reitorias em fomentar políticas para além do suporte material. Maiores

⁷ Estudantes com o “perfil PNAES” são aqueles que atendem os critérios previstos na Lei nº14.914/2024. Dentre os diversos aspectos descritos no artigo 6º da referida lei, os beneficiários da política deverão ter renda bruta familiar mensal per capita de até 1 salário mínimo.

detalhes sobre o perfil dos profissionais dos serviços de apoio aos estudantes serão disponibilizados em outra publicação.

Os tipos de apoios oferecidos pelas universidades

A partir do referencial teórico consultado em bases de dados nacionais, construímos três categorias de apoio à permanência estudantil: apoio material, apoio acadêmico e apoio simbólico. O conjunto de dados coletados, ou seja, as diversas ações de permanência localizadas foram classificadas nessas três categorias. Esses apoios se caracterizam como formas de suporte na superação de dificuldades financeiras, acadêmicas e na criação de vínculos com a universidade, respectivamente. Podemos caracterizar estes apoios a partir dos objetivos a que se destinam. No caso do apoio financeiro, o objetivo principal é viabilizar economicamente a presença do estudante na universidade. O apoio acadêmico tem por finalidade a promoção da aprendizagem e a melhora nas avaliações e, consequente, desempenho acadêmico, enquanto o objetivo do apoio simbólico se caracteriza pela ampliação e promoção do senso de pertencimento à instituição. Observamos que estas ações não são estanques e que frequentemente apoios em uma dimensão específica acabam contribuindo de forma positiva para outros aspectos da permanência.

Após a leitura e interpretação dos dados, confirmamos nossa hipótese de que a permanência estudantil tem se concretizado por meio dessas três categorias de apoio. Vale ressaltar que apoio material, acadêmico e simbólico são, antes de tudo, três categorias analíticas, construídas por nós para analisar e compreender as políticas de permanência estudantil. Reconhecemos que muitas delas são pensadas e executadas de forma que uma mesma ação pode compreender dois ou três desses tipos de apoio. Embora o exercício analítico nos exija definir esses três tipos de apoio, defendemos que essas formas de apoio sejam interseccionadas quando necessário.

A partir dessas três frentes de suporte aos estudantes refletimos sobre a complexidade do percurso universitário e apresentamos um panorama das dimensões que afetam a permanência dos estudantes. É nesse sentido que concebemos permanência estudantil como o conjunto de políticas institucionais voltadas à inserção dos estudantes na vida acadêmica, por meio de programas e ações de ensino, pesquisa, extensão e assistência, a fim de que permaneçam na universidade e concluam seus cursos construindo seu senso de pertencimento, desfrutando de uma formação com diferentes possibilidades de participação, além da sala de aula, e com qualidade de aprendizagem (LEPES, 2024).

A seguir, trazemos dados gerais referentes à oferta dos apoios material acadêmico e simbólico nas universidades federais brasileiras.

Apoio material

O apoio material nas universidades é oferecido, basicamente, de duas formas: por meio de auxílios financeiros destinados a moradia, alimentação, transporte, creche, inclusão digital (notebook, chip, modem etc.), aquisição de materiais didáticos e apoio a grupos minorizados (pessoas com deficiência, transgêneros, mulheres, quilombolas etc.); ou por meio de estrutura própria, a exemplo das residências e restaurantes universitários e creches.

Apenas duas universidades, segundo os dados encontrados nos sites, oferecem todos os tipos de apoio material mencionados acima: a UFGD e a UFBA. Os auxílios mais comuns ofertados pelas universidades federais são financeiros e dizem respeito à moradia (64 universidades), creche (60 universidades) e alimentação (55 universidades). O apoio material é, dessa forma, ofertado por meio de suporte financeiro ou ajuda direta, além de outros tipos de auxílio, a exemplo da aquisição de equipamentos de informática e acesso à internet.

As cinco universidades que não oferecem auxílio financeiro para moradia são: UFRA, UFRR, UFNT, UFV e UFSM. No entanto, com exceção da UFRA, todas elas oferecem residência universitária.

A Universidade Federal do Acre é a única que não oferece nenhum tipo de apoio à alimentação aos seus estudantes, seja por meio de restaurante universitário, seja por meio de auxílio financeiro.

As universidades que oferecem creche aos filhos de seus estudantes são: UFGD, UFBA, UNILAB, UFSCar, UFSM e UFSC. Com exceção da UFSC, todas as outras também oferecem auxílio financeiro para creche.

Identificamos, ainda, que 41 universidades oferecem outros diversos tipos de bolsas e auxílios, dentre eles: bolsa atleta, auxílios para participação de eventos acadêmicos, auxílios para estudantes com deficiência, auxílio emergencial, bolsa permanência, auxílio para compra de material pedagógico etc. Por outro lado, 28 universidades não oferecem nenhum outro tipo de auxílio além dos listados no início dessa seção.

É importante ressaltar que esses resultados indicam a consolidação do atendimento às principais questões materiais e são resultado de uma conquista advinda da destinação de recursos federais para este fim. A história da assistência estudantil no Brasil esteve, até a década de 2000, quase exclusivamente associada à oferta de apoio material. No entanto, a insuficiência de recursos e a falta de uma política nacional sempre foi um empecilho para sua ampliação. Considerando os avanços nessa forma de apoio (que ainda carece de mais recursos financeiros), e a maior ocorrência de estudos que falam sobre suas características e avanços (Céspedes et al, 2021), nos dedicamos com mais profundidade, nesta pesquisa, a identificar e analisar o apoio

acadêmico e simbólico. Estes tipos de apoio têm sido oferecidos de maneira mais recente pelas universidades e consideramos que ainda demandam maior detalhamento e conhecimento sobre que tipos de atividade eles incluem.

Apoio acadêmico

O apoio acadêmico se dá por meio de programas ou ações voltadas à aprendizagem, integração universitária e desempenho acadêmico. Observamos que as iniciativas classificadas como apoio acadêmico são oferecidas pelas Pró-reitorias de Assuntos Estudantis como escopo de suas ações ou em parceria com outros setores da universidade, a exemplo de outras pró-reitorias. As ações listadas abaixo são todas aquelas que identificamos nos sites das pró-reitorias de assuntos estudantis e, nesse sentido, compõem o seu rol de atividades.

Identificamos que o mais frequente nas 69 universidades é o apoio psicológico, existente em 63 delas, seguido do apoio pedagógico (56), ações de esporte e cultura (55), serviços de saúde (49) e ações de lazer (47). Mesmo com todas as dificuldades em localizarmos dados nos sites, no caso do apoio acadêmico, foi possível identificar que em todas elas ao menos um tipo de apoio é oferecido, com 70% das universidades oferecendo todas as modalidades que identificamos.

Isso mostra que esse também é um tipo de ação que vem se consolidando nos últimos anos, como mostram Menda et al (2022), Gomes (2020) e Oliveira (2018), no caso no apoio psicológico, e Toti (2022) e Dias (2021), em relação ao apoio pedagógico. As ações mais recorrentes em relação ao apoio pedagógico são os atendimentos individuais (63,8%), seguido das oficinas (56,5%), das mentorias/tutorias para disciplinas com grandes índices de reprovação (34,8%), de palestras (42%), ações para ingressantes (27,5%) e ações realizadas em outras pró-reitorias (18,8%). Em 15,9% das universidades não foram identificadas ações de apoio pedagógico.

Já no caso do apoio psicológico, a forma mais frequente são os acolhimentos e atendimentos não clínicos (85,5%), ou seja, pensados para a promoção e prevenção e pautados pela psicologia educacional. Em seguida temos a maior frequência de rodas de conversas (69,6%), palestras (52,2%) e oficinas (56,5%), e só depois aparecem os atendimentos individuais clínicos no formato de terapia (49,3%). Em 7,2% das universidades não foram identificadas ações de apoio psicológico.

Em relação às ações de cultura, a mais frequente foi a organização de eventos (42%), seguida de ações realizadas em outras pró-reitorias (37,7%). Identificamos também a oferta de financiamento de eventos culturais (36,2%) e a organização de grupos de cultura (24,6%). Boa parte dessas ações é organizada por meio de editais em que os estudantes se inscrevem para desenvolver algum tipo de atividade. Em 18,8% não

foram identificadas ações de cultura.

No caso das ações de lazer, a forma mais frequente identificada foi a realização de eventos (43,5%), seguida da organização de espaços nos campi (30,4%) e, ações realizadas em outras pró-reitorias (23,2%). Em 27,5% não foram identificadas ações de lazer.

Em relação às ações de esportes, a forma identificada com mais frequência foi a disponibilização de espaço e material para a prática esportiva (39,1%), seguida da promoção de campeonatos (36,2%), aulas de modalidades esportivas (30,4%), fomento às atléticas (27,5%) e ações realizadas em outras pró-reitorias (23,2%). Em 24,6% não foram identificadas ações de esportes.

Por fim, quanto às ações de saúde, identificamos como mais frequente o atendimento médico (47,8%), seguido do atendimento odontológico (36,2%), atendimento nutricional (34,8%), atendimento fonoaudiológico (13%), ações realizadas em outras pró-reitorias (13%), fisioterapia (7,2%) e atendimento de enfermagem (4,3%). Em 20,3% não foram identificadas ações de saúde.

Apoio simbólico

Nomeamos como apoio simbólico os programas e ações que favorecem o fortalecimento de vínculos e pertencimento à instituição, a exemplo dos coletivos estudantis e quaisquer outras iniciativas que considerem todo tipo de diversidade da população estudantil. Para identificar as políticas de apoio simbólico, analisamos as respostas enviadas via Fala.BR e os dados coletados nos sites, assim como também fizemos nas análises referentes aos apoios material e acadêmico.

A partir dos dados coletados nos sites, identificamos que as políticas de apoio simbólico mais frequentes são aquelas voltadas a estudantes com deficiência, presentes em 51 (73,9%) das universidades. Na sequência, com uma frequência bem parecida aparecem aquelas voltadas para a população indígena e quilombola em quase 70% das universidades, assim como as pensadas pelo recorte de raça e gênero em quase 70% também. Além disso, identificamos que em 40 universidades (58%) há ações para a população LGBTQIA+, em 30 (43,5%) há ações para estrangeiros e em 20 (29%) para a população em situação de refúgio. Ainda foi possível identificar que em 38 universidades (55,1%) há programas e ações que incentivam os coletivos estudantis⁸.

Esses dados (coletados nos sites e informados pelas universidades) nos permitem compreender que a maioria das universidades têm desenvolvido políticas para apoiar

⁸ Entendemos como coletivos estudantis a organização de grupos de estudantes em torno de uma temática com objetivo de promover e fortalecer uma identidade social, o que pode acontecer por meio da promoção de debates, eventos, organização de espaços e outras estratégias de divulgação.

diversos grupos de estudantes, levando em conta suas especificidades. Ao mesmo tempo que os sites e os relatórios não nos permitem mensurar o número de estudantes atendidos por esses programas, é possível inferir que, a partir de 2016, as universidades avançaram no desenvolvimento de ações desse tipo. Os dados encontrados por Vargas e Heringer (2016) eram mais tímidos no que diz respeito a essas ações, assim como no levantamento feito pelo Fonaprace (2018).

Dentre as diferentes políticas e programas que identificamos como apoio simbólico, agrupamos alguns auxílios e bolsas que, embora classificados como apoio material, também listamos como simbólico porque são voltados a grupos específicos, incluindo normativas próprias para acesso, sendo pré-requisito para o ingresso na universidade pertencer a algum desses grupos.

Nessa categoria de apoio simbólico, também foram incluídos os diferentes setores, núcleos ou comissões que lidam com direitos humanos de forma geral ou que foram criados para pensar a permanência de grupos específicos, como os núcleos de acessibilidade e inclusão, núcleos de estudos afro-brasileiros, núcleos de atenção à mulher, diretorias/serviços de direitos humanos, setores dedicados ao acolhimento de denúncias e violações de direitos humanos, programas de apoio a estudantes estrangeiros, entre outros.

Destacamos no nosso levantamento as seguintes ações: a) ações voltadas para estudantes mães, que consideram desde o apoio com creche/bolsa, até moradias específicas, formas de flexibilização curricular e fomento a grupos/coletivos para que se fortaleçam; b) monitorias para grupos específicos, como o apoio a estudantes com deficiência, estrangeiros, indígenas e/ou quilombolas; c) setores de acolhimento de pessoas vítimas de violência e encaminhamento de denúncias; d) campanhas educativas de combate às diferentes formas de violência; e) fomento de práticas e eventos culturais, artísticos, esportivos e de lazer como um elemento de inclusão e pertencimento; f) programas de saúde para mulheres; g) programas de apoio a comunidade LGBTQIA+; h) mentorias e atividades de recepção aos ingressantes; i) cursos de extensão sobre diversidade, gênero, sexualidade, entre outros; j) programas de convivência acadêmica e mediação de conflitos; k) formação de grupos de apoio a estudantes; l) apoio a grupos de estudo e de pesquisa que lidam com direitos humanos.

Durante a coleta de dados, ao analisarmos as informações sobre os diferentes tipos de apoio simbólico também notamos que, em muitos casos, eles são ofertados por outros órgãos/setores ou pró-reitorias, contando com o apoio das Pró-reitorias de Assuntos Estudantis seja para fomentar essas ações por meio de recursos financeiros/bolsas, seja por meio da articulação dos diferentes setores/serviços da instituição, ou apenas divulgando esses apoios em suas páginas, aproveitando de uma possível capi-

laridade dessas pró-reitorias junto aos estudantes. Diante disso, o mais interessante de notar nas ações de apoio simbólico é a compreensão de que a permanência estudantil não é algo restrito às pró-reitorias de assuntos estudantis, e sim uma responsabilidade de toda a instituição.

Permanência estudantil para além das Pró-reitorias de Assuntos Estudantis

Além de identificarmos os apoios material, acadêmico e simbólico, buscamos também identificar o oferecimento desses apoios por meio de outros órgãos que não as Pró-reitorias de Assuntos Estudantis. Desde as nossas buscas iniciais, já trabalhávamos com a hipótese de que parte desses apoios pudessem ser oferecidos por outras instâncias das universidades. Nossa experiência em outras pesquisas (Dias, 2021; Toti, 2022), corroboradas pela coleta inicial, embasaram esse olhar para além das Pró-reitorias de Assuntos Estudantis.

Embora ainda não seja frequente, a ideia de pensar a permanência estudantil para além das Pró-reitorias de Assuntos Estudantis parece ser mais frequente do que no passado, especialmente no que se refere aos apoios acadêmicos e simbólicos. A partir do que observamos nos sites, destaca-se o oferecimento de ações de apoio pedagógico por meio das Pró-reitorias de Graduação, além da participação das Pró-reitorias de Extensão para ações de esporte e cultura. Também identificamos a presença dos serviços de saúde e as faculdades de psicologia e ciências da saúde para o atendimento psicológico.

Os dados coletados nos sites são coerentes com as respostas das universidades à nossa consulta via Fala.BR. Na consulta, perguntamos se há ações de permanência estudantil em outros órgãos e 41 das 69 universidades (cerca de 60%) informaram que sim. De modo geral, identificamos ações em outras pró-reitorias e órgãos para pensar programas de iniciação científica, programas de monitoria e tutoria, programas de esporte e cultura, atendimento médico e psicológico, oferecimento de cursos de línguas, fomento à participação em eventos acadêmicos e núcleos que trabalham com grupos específicos, como o atendimento a estudantes com deficiência, indígenas e quilombolas, mulheres, LGBTQIA+.

A partir das respostas via Fala.BR identificamos que o apoio pedagógico foi a ação mais citada como realizada em outra pró-reitoria ou setor, seguida do atendimento psicológico e da iniciação científica. Podemos inferir a partir das respostas que, naquilo que diz respeito ao apoio pedagógico, a principal parceira são as Pró-Reitorias de Graduação ou Ensino, enquanto no caso do atendimento psicológico e médico, são as faculdades ou unidades de ensino. Quanto à iniciação científica, a principal parceira são as Pró-reitorias de Pesquisa, embora em alguns casos a iniciação científica seja

um programa das Pró-reitorias de Graduação. A partir das respostas via Fala.BR também pudemos observar apoios institucionais mais frequentes, sendo a mais citada as Pró-Reitorias de Graduação ou Ensino.

Assim, compreendemos que a aprendizagem, a saúde e a participação em outros programas acadêmicos (ensino, pesquisa e extensão) são, atualmente, considerados, institucionalmente, como elementos da permanência estudantil que complementam as ações de apoio material.

Vale destacar que, no caso do apoio pedagógico, localizamos ações específicas para alguns grupos, como o apoio para estudantes com deficiência ou estrangeiros, indígenas e quilombolas. Além disso, em alguns casos a administração dos restaurantes universitários não está sob responsabilidade das Pró-reitorias de Assuntos Estudantis. Por isso, oito delas citam as Pró-reitorias de Administração como parceiras, por reconhecerem que a alimentação é um elemento de extrema importância para a permanência dos estudantes, assim como o deslocamento entre campi, quando necessário.

Os núcleos de acessibilidade e inclusão assim como aqueles voltados às políticas afirmativas e direitos humanos também foram citados quando esses temas são tratados em órgãos fora das próprias Pró-reitorias de Assuntos Estudantis. Ainda na linha de ações de permanência estudantil em outros órgãos, uma resposta que nos chamou a atenção foi a que pensa a formação continuada dos professores como um elemento da permanência estudantil. Um tema que, de fato, relaciona-se à permanência dos estudantes, especialmente na dimensão do apoio acadêmico.

Os dados sobre as ações de permanência que não são desenvolvidas pelas Pró-Reitorias de Assuntos Estudantis nos deram uma informação importante sobre a concepção de permanência estudantil em construção. As respostas do Fala.BR mostram que as universidades compreendem a permanência como um objetivo comum a diferentes instâncias da instituição, pois indicaram ações que não são, tradicionalmente, vistas como ações de assistência estudantil, como é o caso da iniciação científica e ações de extensão. Consideramos que isso indica um consenso entre as universidades de que a promoção da permanência não é feita somente com apoio material e que não se limita a um grupo específico de alunos, embora existam prioridades estabelecidas.

Considerações finais

Nosso interesse em buscar informações nos sites partiu da premissa de que os estudantes das universidades buscam conhecer os programas e políticas por meio das informações oficiais, sendo as Pró-reitorias de Assuntos Estudantis, em geral, o órgão responsável por apresentar as políticas institucionais de apoio aos estudantes, mesmo aquelas conduzidas por outros órgãos da universidade. Durante a pesquisa, notamos

que, quando queríamos alguma informação específica, muitas vezes era mais fácil buscá-las na internet do que nos próprios sites, porém essa lógica não se aplica aos estudantes, uma vez que eles não necessariamente sabem qual informação buscar na internet, já que muitas vezes eles não conseguem saber ou reconhecer qual tipo de apoio precisam, especialmente quando falamos dos apoios acadêmico e simbólico.

Assim, os sites dessas pró-reitorias poderiam ser esse lugar de apresentação das políticas e programas voltados à permanência estudantil. Mesmo que as pró-reitorias utilizem redes sociais como estratégia de comunicação, o site seria o lugar original do conteúdo a ser compartilhado. Isso acontece, por exemplo, na Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (PRAE) da Universidade Federal do Ceará (UFC), que organizou em uma única página uma série de projetos institucionais de promoção da qualidade de vida dos estudantes. Interessante notar que, no caso desta pró-reitoria, ela fez o caminho inverso da maioria, pois chamava-se assuntos estudantis e foi alterada para assistência estudantil em 2023, mantendo o escopo de atuação junto a todos os estudantes de graduação, mas priorizando os com maior vulnerabilidade socioeconômica.

No conjunto, podemos afirmar que os sites das pró-reitorias tem sido um repositório de editais, dado este comum às 69 universidades. Nossa hipótese é de que a comunicação com os estudantes possa estar acontecendo por redes sociais, e-mails e aplicativos de grupos. Durante a pesquisa nos sites, tanto a equipe formada por pesquisadores familiarizados com a assistência estudantil quanto as bolsistas, estudantes de ensino superior, tiveram bastante dificuldade de localizar informações “básicas”, como por exemplo: os tipos de apoios além do suporte material via auxílios financeiros.

Essa dificuldade nos levou à leitura dos relatórios de gestão, onde pudemos identificar um conjunto maior de ações. No entanto, ao partir para a busca nos sites, nosso objetivo era também saber se esses programas e políticas existem e como os estudantes podem acessar essas informações, uma vez que relatórios de gestão não parecem a melhor forma de comunicação com estudantes.

Em 2015, Vargas e Heringer (2016) propuseram uma análise preliminar a respeito dos sites das pró-reitorias por elas analisadas. Naquele momento, segundo as pesquisadoras, até as informações sobre o acesso às bolsas e as formas de apoio material foram difíceis de localizar. As autoras compreenderam que os sites das Pró-reitorias analisadas eram à época repositórios de editais para bolsas e apoio material.

Hoje, ainda é possível manter essa afirmação de que seguem sendo repositórios editais, porém, localizar essas informações está mais fácil e, em algumas universidades, também é possível localizar com clareza outras formas de apoio. Vale ressaltar que, mesmo que tenha havido avanço no acesso a informações básicas de interesse dos estudantes, a exemplo dos editais, isso não significa dizer que os sites não care-

cem de melhorias em relação a sua interface e usabilidade.

Como principal conclusão, identificamos um movimento, ainda que parcial, das universidades federais compreenderem a permanência estudantil como uma responsabilidade da instituição como um todo e não de uma pró-reitoria específica. Nesse sentido, destacamos os diálogos com as Pró-reitorias de Graduação e Extensão, os serviços de saúde, os setores responsáveis por ações de esportes e lazer e os órgãos voltados aos direitos humanos.

Os dados sobre as ações de permanência que não são desenvolvidas pelas Pró-Reitorias de Assuntos Estudantis nos deram uma informação importante sobre a concepção de permanência estudantil que estamos construindo nacionalmente. Hoje é possível afirmar que as universidades federais compreendem a permanência estudantil como um valor comum a diferentes instâncias da instituição, parecendo caminhar na superação da confusão entre aquilo que se comprehende por assistência estudantil e permanência estudantil (Honorato et al., 2014).

Há quase 10 anos, Honorato et al. (2014) chamaram a atenção para o fato de que as “inovadoras políticas de acesso” iniciadas com o Reuni em 2006, Sisu em 2010 e com a Lei de Cotas em 2012 implicaram na revisão das políticas de “permanência (e de assistência). Tal revisão se fez necessária, visto que a ampliação da proporção de alunos de ‘novo perfil’ culminou na ampliação da demanda por programas com vistas a garantir a continuidade e a conclusão do curso destes estudantes no ensino superior” (HONORATO et al., 2014, p.3-4).

Nossos dados de pesquisa nos permitem afirmar que essa revisão está acontecendo, e as universidades federais estão desenvolvendo formas de apoio (ou ao menos tentando) condizentes com o perfil atualizado do seu público, aprimorando o apoio material e oferecendo novas formas de apoio acadêmico e simbólico, pensando a permanência estudantil como um processo ao longo da graduação. Em que pese o fato de que, nesses quase 10 anos, mais da metade deles tenha sido num cenário desafiador de corte de recursos financeiros e conflitos entre o governo federal e as universidades públicas no período 2019-2022, podemos também compreender que as adversidades parecem ter tornado as universidades federais mais resilientes, ampliando o olhar para as suas responsabilidades com a permanência estudantil.

Mesmo com os recursos do Pnaes congelados e com o orçamento das universidades em queda desde 2016 (Silva e Marques, 2022), as universidades federais têm buscado estratégias para oferecer aos estudantes mais do que moradia, alimentação e transporte.

A ampliação do olhar institucional da assistência para a permanência estudantil e da permanência estudantil como uma responsabilidade das universidades e não ape-

nas de uma pró-reitoria também nos sugere a busca pela consolidação de um campo científico dos “assuntos estudantis” para além do campo da assistência estudantil (Dias, 2021; Dias e Sampaio, 2023). Esse campo incorpora as disputas da assistência estudantil, ampliando a discussão para outros atores, além de uma visão mais holística da permanência estudantil que se traduz nos apoios material, acadêmico e simbólico.

Se nossa questão de pesquisa fosse: “as diversas mudanças no sistema de ensino superior, como políticas de acesso e permanência, alteraram o seu compromisso com a permanência estudantil?”, nossa resposta seria sim. Hoje esse compromisso tem sido mais evidente e mais bem explicitado, levando as universidades a assumir as responsabilidades institucionais pela permanência estudantil.

Essa mudança também passou a compreender a aprendizagem dos estudantes como um elemento de permanência estudantil (Dias, 2021) e os professores como agentes de permanência (Sampaio, Amaral e Carneiro, 2023) mesmo que ainda num processo inicial. Tal concepção foi identificada por nós em apenas duas universidades (Univasf e UFCat) que compreendem explicitamente os professores como agentes de permanência e a sua formação continuada como uma estratégia institucional voltada à permanência estudantil. Curiosamente, são universidades novas, criadas no recente processo de expansão dos anos 2000, chamando a atenção para uma abordagem que vem ganhando relevância, mas que talvez ainda encontre resistências às mudanças, opondo o velho ao novo como já observado por Dias e Sampaio (2023).

Embora o período abarcado nesta pesquisa seja curto, de apenas 8 anos (de 2015 a 2023), foi possível identificar um avanço das políticas de permanência estudantil, sobretudo daquelas que buscam apoiar a diversidade e subjetividade dos estudantes. Porém, vale destacar que o tempo institucional e das políticas públicas em geral não é o mesmo dos estudantes, que muitas vezes ingressam e saem das universidades (formados ou desistentes) sem notar as mudanças ou perceber o seu impacto na vida cotidiana.

Encerramos afirmando a necessidade do avanço nas pesquisas que considerem a permanência estudantil em suas mais diversas dimensões, pautando, principalmente, o processo de aprendizagem e de pertencimento do estudante em sua jornada universitária. Além disso, prosseguir em fortalecer ações que permitam, sobretudo, o estudante mais vulnerável construir caminhos a ponto de ter e vivenciar uma universidade que faça sentido para ele. Pesquisas comparativas com outros países também podem contribuir com o que entendemos por permanência estudantil no Brasil, onde no ensino superior federal, partimos da gratuidade, o que sugere uma noção de permanência possivelmente diferente de outros países onde o ensino superior público é pago. Soma-se a isso, a construção de indicadores que permitam mensurar e dimen-

sionar a permanência estudantil na realidade brasileira.

Referências

- CARVALHO, Márcia de.; WALTENBERG, Fábio. 2012. Cotas aumentam a diversidade dos estudantes sem compromisso de desempenho? *Revista Sinais Sociais* 7 (20): 36-77.
- CESPEDES, J.G.; MINHOTO, M.A.P.; OLIVEIRA, S.C.P. de; ROSA, A. da S. 2021. Avaliação de impacto do Programa de Permanência Estudantil da Universidade Federal de São Paulo. *Ensaio: aval pol public Educ* [Internet]. Oct; 29(113):1067–91. <https://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/ensaio/article/view/2418>.
- COULON, A. 2008. *A condição de estudante: a entrada na vida universitária*. EDUFBA.
- DIAS, C.E.S.B.; TOTI, M.C. DA S.; SAMPAIO, H., POLYDORO, S.A.J. (Orgs). 2020. Os serviços de apoio pedagógico aos discentes no ensino superior brasileiro. São Carlos: Pedro & João Editores, 393-472. Disponível em: <https://pedrojoaoeditores.com.br/produto/ensino-superior-mudancas-e-desafios-na-perspectiva-dos-estudantes/>
- DIAS, C.E.S.B. 2021. *O apoio pedagógico no campo da assistência estudantil no contexto da expansão do ensino superior no Brasil*. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas (SP). Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/Acervo/Detailhe/1166990>
- DIAS, C. E. S. B.; SAMPAIO, H. 2023. A constituição da assistência estudantil como campo científico. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 53, p. e10516. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/10516>
- FERREIRA, André et al. 2020. Ações afirmativas: análise comparativa de desempenho entre cotistas e não cotistas em uma universidade pública. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação* 36 (3): 1297- 1314.
- FONAPRACE - Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários. 2018. *II Pesquisa Nacional do Perfil das Instituições Federais do Ensino Superior para a Assistência Estudantil* – um mapeamento de capacidades e instrumentos. Resultados da Coleta 2016. São Carlos: Ideias, Intelectuais e Instituições; FONAPRACE; ANDIFES. Disponível em: https://portais.univasf.edu.br/proae/noticias/relatorio-final_pesquisa-perfil-institucional_fonaprace_coleta2016.pdf
- GREGORY, Dennis E. Safety, security, risk management and legal issues in student affairs. In: In: UNESCO (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization). *Student Affairs and Services in Higher Education: Global Foundations, Issues and Best Practices*. Paris, UNESCO, 2009, p.39-51.
- GOMES, L.M.L.S. 2020. *Psicologia, assistência estudantil e ensino superior*. Dissert-

- tação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Alagoas, Maceió. Disponível em: <https://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/6948>
- HERINGER, R. 2022a. Políticas de acesso e permanência na Universidade do Texas, Austin (EUA). *Educar em Revista*, Curitiba, v. 38, e78962. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/tLX6nNnBfpqk4ZmZCcJMZmv/>
- HERINGER, R. 2022b. PERMANÊNCIA ESTUDANTIL NO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO BRASILEIRO: REFLEXÕES A PARTIR DE DEZ ANOS DE PESQUISAS. *Cadernos de Estudos Sociais*, [S. I.], v. 37, n. 2, Disponível em: <https://periodicos.fundaj.gov.br/CAD/article/view/2143>.
- HERINGER, Rosana e CARREIRA, Denise (orgs.), 2022. *10 anos da Lei de Cotas: conquistas e perspectivas*. Rio de Janeiro: Faculdade de Educação da UFRJ/Ação Educativa (e-book).
- HONORATO, G.; VARGAS, H.; HERINGER, R. 2014. Assistência estudantil e permanência na universidade pública: refletindo sobre os casos da UFRJ e da UFF. Trabalho publicado nos *Anais da 38º Reunião Anual da ANPOCS*, Caxambu.
- KARRUZ, Ana Paula; MAIA, Flora de Paula, 2022. Notas de cotistas e não cotistas da UFMG são menos desiguais que pontuação no Enem. Disponível em: <https://pp.nexojornal.com.br/opiniao/2022/Notas-de-cotistas-e-n%C3%A3o-cotistas-da-UFMG74s%C3%A3o-menos-desiguais-que-pontua%C3%A7%C3%A3o-no-Enem> Acesso em: 11/12/2022.
- MAGALHÃES, Rosélia Pinheiro de. 2013. Assistência Estudantil e o seu papel na Permanência dos Estudantes de Graduação: A Experiência da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Dissertação- Serviço Social, PUC-Rio.
- MENDA, C., SEIBT, L.T., SILVA, L.E.W., KRISTENSEN, C.H. 2022. Perfil das equipes de assistência estudantil nas universidades federais do Brasil no atendimento à saúde mental dos estudantes. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior* (Campinas), 27(3), 591–608. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772022000300011>
- NEVES, C.E.B., SAMPAIO, H., HERINGER, R. 2018. A institucionalização da pesquisa sobre ensino superior no Brasil. *Revista Brasileira de Sociologia*. Vol. 06, nº. 12, Jan.-Abr. Disponível em: <https://doi.org/10.20336/rbs.243>
- OLIVEIRA, A.B., SILVA, S.M.C. 2018. A Psicologia na promoção da saúde do estudante universitário. *Revista Psicologia, Diversidade e Saúde*, 7(3), 363–374. Disponível em: <https://www5.bahiana.edu.br/index.php/psicologia/article/view/1913>
- PORTESES, Écio A., 2015. E agora, José?!. In: Honorato, Gabriela e Heringer, Rosana (orgs.). Acesso e sucesso no ensino superior: uma sociologia dos estudantes. Rio

- de Janeiro: 7 Letras/FAPERJ, p. 135-141.
- PRADO, R.M.M.O. 2021. *Permanência na educação superior: o caso das Engenharias da Escola Politécnica da UFRJ*. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Disponível em: <https://buscaintegrada.ufrj.br/Record/aleph-UFR01-000917790>
- PRADO, R. 2022. Permanência na educação superior: contribuições teóricas e práticas. *Linhas Críticas*, Brasília, v.28, e43674, jan. Disponível em: <https://doi.org/10.26512/lc28202243674>
- SAMPAIO, H.; AMARAL, E. M.; CARNEIRO, A. M. 2023. Desafios para a permanência no ensino superior após a pandemia de Covid-19. *Revista Educação e Cultura Contemporânea*, [S. I.], v. 20. Disponível em: <https://mestradoedoutoradoestacio.periodicoscientificos.com.br/index.php/reeduc/article/view/10585>
- SANTOS, D.B.R. 2009. *Para além das cotas: a permanência de estudantes negros no ensino superior como política de ação afirmativa*. Tese - Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/11778>
- SANTOS, E. H. M. As configurações da assistência estudantil no Brasil: O cenário do PNAES. Dissertação (Mestrado - Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais) - Instituto Saúde e Sociedade, Universidade Federal de São Paulo, 2020. <https://repositorio.unifesp.br/handle/11600/60792>.
- SANTOS, E.H.M. 2020. *As configurações da assistência estudantil no Brasil: O cenário do PNAES*. Dissertação (Mestrado - Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais) - Instituto Saúde e Sociedade, Universidade Federal de São Paulo, 170 p.
- SILVA, L. B. e; MARQUES, F. J. 2022. A assistência estudantil na educação federal brasileira e a Emenda Constitucional do Teto dos Gastos. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação* - Periódico científico editado pela ANPAE, [S. I.], v. 38, n. 00. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/112696>
- SILVA, Bruna Caroline Moreira; XAVIER, Wescley Silva; COSTA, Thiago de Melo Teixeira da. 2020. Sistema de cotas e desempenho: uma comparação entre estudantes cotistas e não cotistas. *Administração Pública E Gestão Social* 12 (3). DOI: <https://doi.org/10.21118/apgs.v12i3.6125> .
- TINTO, V. 1975. Dropout from higher education: a theoretical synthesis of recent research. *Review of Educational Research*. Winter, vol. 45, nº 01, p. 89-125.
- _____. 1993. *Leaving college: rethinking the causes and cures of student attrition*. 2nd ed. The University of Chicago Press.

TOTI, M.C.S. 2022. *Apoio Pedagógico nos serviços de assuntos estudantis das universidades federais brasileiras*. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas (SP). Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/1242232>

TOTI, Michelle Cristine da Silva; POLYDORO, Soely Aparecida Jorge. Serviços de apoio a estudantes nos Estados Unidos da América e no Brasil. In: DIAS, Carlos Eduardo Sampaio Burgos; TOTI, Michelle Cristine da Silva; SAMPAIO, Helena; POLYDORO, Soely Aparecida Jorge (Orgs.). Os serviços de apoio pedagógico aos discentes no ensino superior brasileiro. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020, p.79-102.

VARGAS, H.M., HERINGER, R. 2016. Políticas de Permanência e Assistência Estudantil nas Universidades Federais Brasileiras: uma análise a partir dos websites. In: CARMO, G.T. (org.). *Sentidos da permanência na educação: o anúncio de uma construção coletiva*. Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro, 175-198.